

Quem é o mané que perdeu?

Artigo | Docente do departamento de Ciências da Informação, Ana Carolina Gelmini de Faria destaca como testemunha do processo histórico o patrimônio público vandalizado nos atos terroristas de 8 de janeiro

*Por: Ana Carolina Gelmini de Faria

*Foto: Flávio Dutra/JU

8 de janeiro de 2023. Pareceria ser um domingo tranquilo, cada um vivendo o planejamento do seu dia ou, talvez, curtindo um dia não muito planejado. Por volta das 15h, boa parcela da população brasileira interrompeu suas atividades para acompanhar, impactada, a invasão à Praça dos Três Poderes em tempo real e a depredação do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e da sede do Supremo Tribunal Federal.

Para quem milita no campo dos museus e do patrimônio cultural as cenas foram indigestas. Arrisco que tivemos um sentimento parecido ao assistir o incêndio no Museu Nacional: impotência. Mas no episódio de 8 de janeiro de 2023 o gosto foi mais amargo – a depredação foi assinada por pessoas que recebiam, ao longo da repercussão, qualificadores que definiam a gravidade da situação: intitulados inicialmente de opositores, depois foram caracterizados como baderneiros, irresponsáveis, radicais, vândalos, criminosos, golpistas e terroristas.

O patrimônio público sofreu um prejuízo sem precedentes. Sabemos que, em conflitos, o patrimônio cultural ganha evidência e sofre danos muitas vezes irreversíveis. Até o momento, a perícia técnica diagnosticou, ao menos, [oito obras de arte danificadas](#). Foram arranhões, rasgos, furos, pedaços arrancados, rabiscos, depredação por pauladas, pichação.

Uma das obras danificadas foi a escultura *A Justiça*, de Alfredo Ceschiatti. Localizada em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal, é considerada um ícone de Brasília ao representar uma Têmis sentada. No dia 8 de janeiro de 2023 foi pichada com a frase “Perdeu, mané”.

A frase refere-se à [expressão de Luís Roberto Barroso](#), ministro do Supremo Tribunal Federal, quando foi abordado, após o resultado da eleição presidencial em 2022, por um apoiador do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro que o questionou sobre o código-fonte das urnas eletrônicas.

Pichada em uma escultura que faz alusão à justiça, ganha contornos simbólicos que ultrapassam o dito por Barroso e fica difícil não se questionar: quem é o mané que perdeu em 8 de janeiro de 2023?

Não podemos esquecer que o evento ocorreu apenas oito dias após a virada do ano de 2022 e que este foi marcado pelo bicentenário da independência, considerado um momento oportuno para uma reflexão coletiva da trajetória da nação e uma projeção do que se defende por um país democrático. No calor do momento, o dia 8 de janeiro de 2023 pareceu ter massacrado essa proposição – nada estimulada ao longo de 2022 por parte de um apático Governo Federal.

A frase marcada na escultura *A Justiça* pode ganhar diferentes interpretações, porque o patrimônio, com suas novas e velhas marcas e inscrições, tem o poder de evocar diferentes leituras da realidade: o mané é a nação brasileira? A primeira impressão é que tal episódio evidencia uma democracia frágil ou, como [alguns definiram, uma tragédia anunciada](#). Ancorados no uso da força física e no discurso de ódio, aqueles presentes na Praça dos Três Poderes violentaram a democracia, que os derrotou meses antes nas urnas.

Mas prefiro olhar *A Justiça* e interpretar que a frase marcada por tinta é um pronunciamento feito pela própria obra. No dia 8 de janeiro de 2023 ocorreu um ato sem precedentes, mas ele tem desdobrado reações na mesma proporção. No dia seguinte

tivemos [manifestações em favor da democracia em diversas capitais](#), valorizando o melhor que ela pode oferecer: garantir a participação política do povo pelo exercício da cidadania.

Ao analisar o discurso de ódio repercutido no país já em 2021, o professor João Cezar de Castro Rocha o classificou como [retórica do ódio e analfabetismo ideológico](#). Seria o “perdeu, mané” um desabafo da escultura? Arrisco, pelos desdobramentos sociais que vêm ocorrendo (como a reação do dia 9 de janeiro de 2023), que algumas das respostas que esperávamos no ensejo do bicentenário da independência estão sendo formuladas.

O patrimônio cultural tem este poder: provocar mais perguntas do que respostas. Como diz Hugues de Varine, o patrimônio pode estar no domínio da observação, mas também da mudança. Conforme Waldisa Rússio, é um evocador da conscientização do processo histórico, bem como da percepção e projeção reflexiva de uma realidade dinâmica.

Já está na [enciclopédia livre Wikipédia](#) a ocorrência da pichação no verbete sobre a obra *A Justiça (escultura)* (2023). A frase passa a ser indissociável da escultura, mesmo sendo removida por procedimentos técnicos. Enquanto patrimônio, *A Justiça* ganha mais força simbólica: na arena do poder tornou-se evidência do conflito, mas será também evidência da resistência. Fará parte de um grupo seletivo de objetos que testemunharam forças que degradam a vida, como Rússio advertia, mas, ao persistir, se reforça ainda mais como símbolo da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, como garantem o próprio título da obra e a Constituição.

[Ana Carolina Gelmini de Faria](#) é museóloga, mestre e doutora em Educação e docente do departamento de Ciências da Informação e do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS.